

Processo de internacionalização da Universidade Estadual de Maringá (1997-2010)

Rocio Del Pilar López-Cabana
Universidade Estadual de Maringá
e-mail: roci-o@hotmail.com

Elisa Yoshie Ichikawa
Universidade Estadual de Maringá
e-mail: eyichikawa@uem.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo descrever como veio ocorrendo o processo de internacionalização da Universidade Estadual de Maringá – UEM, no período de 1997 a 2010. Para isto foi realizada uma pesquisa descritiva e documental, utilizando-se de entrevistas e levantamento sobre o histórico do Escritório de Cooperação Internacional. Foram analisados 76 processos de convênios internacionais da UEM. Assim, concluiu-se que o processo de internacionalização ainda está dando seus primeiros passos, partindo do incentivo e da difusão em todos seus campos da Universidade.

Palavras-chave: processo de internacionalização, Universidade Estadual de Maringá, Escritório de Cooperação Internacional

Abstract: This paper aims to describe how the internationalization process occurred at the State University of Maringá (Universidade Estadual de Maringá - UEM) from 1997 to 2010. For this we carried out a descriptive and documentary research, using interviews and survey of the history of the Office of International Cooperation (Escritório de Cooperação Internacional – ECI). We analyzed 76 cases of international agreements of UEM. Thus, we concluded that the process of internationalization is still in its infancy, starting with the encouragement and dissemination in all the fields of the University.

Key words: internationalization process, State University of Maringá, Office of International Cooperation

1. Introdução

Na atualidade, é comum falar da sociedade do conhecimento. A ciência e a tecnologia se tornaram o principal fator impulsionador do setor produtivo, causando, segundo Morosini (2006), um grande impacto no ensino superior, com a universidade adquirindo seu valor máximo.

Encontra-se assim uma mudança de paradigma no relacionamento entre as universidades, tal como afirma Hortal (2002), devido principalmente a dois fatores inter-relacionados: a globalização e o impacto de novas tecnologias. Este novo paradigma está dado pela internacionalização da universidade, que na visão de Knight (1994) e de Gacel (1999) compreende um processo de transformação institucional integral.

Neste contexto encontra-se inserida a Universidade Estadual de Maringá, instituição pública, criada em 1970 e localizada no Noroeste do Estado do Paraná. Esta universidade tem por finalidades básicas promover o ensino, a pesquisa e a extensão, compreendendo

em uma das cláusulas do seu estatuto, a ação de cooperar com universidades e outras instituições científicas de cultura e de educação, nacionais e estrangeiras (UEM, 2011).

Para fortalecer especificamente esta cooperação internacional, cria-se em 1997 o Escritório de Cooperação Internacional – ECI, que intermedeia as relações internacionais com instituições estrangeiras e tem a função de assessoria direta ao Gabinete do Reitor.

Torna-se assim, necessário conhecer como decorreram as ações de internacionalização na UEM, especificamente a partir da criação do ECI. O objetivo do presente trabalho, portanto, consistiu em descrever o processo de internacionalização da Universidade Estadual de Maringá, no período de 1997 a 2010.

2. Internacionalização do ensino superior

Para iniciar este conceito, retomamos as afirmações de Janotti (1992), que assinala que uma das características das primeiras universidades, conhecidas como *studium generale*, era atrair estudantes de todas as partes e não apenas de uma região particular. Assim, pode-se inferir que o caráter internacional é inato a esta instituição.

Para Morosini (2005), a internacionalização é selo das relações entre as universidades, destacando-se a internacionalização da função pesquisa, apoiada na autonomia do pesquisador, porém a função ensino, principalmente o de graduação é controlada fortemente pelo Estado, no caso brasileiro. Esta formalidade e a dependência de políticas estatais dificultam a autonomia do ensino no contexto da internacionalização da educação superior.

Para Miura (2006), a discussão sobre a internacionalização das instituições de ensino superior ganhou relevância a partir de 1980. A procura pelo desenvolvimento científico passou a ser uma discussão que cruzou as barreiras nacionais, assimilando tendências internacionais. Segundo Morosini (2005), no entanto, é a partir da década de 1990, com o processo da globalização que a internacionalização do ensino superior vem se fortalecendo no cenário mundial, abrangendo, além da função pesquisa, a função ensino.

Neste mesmo sentido, Altbach (2001 apud MIURA, 2006) afirma que as instituições de ensino superior são afetadas pela globalização devido à necessidade do ambiente acadêmico acompanhar as demandas da sociedade. Em outras palavras, as universidades passam a exercer um papel internacional, promovendo maior diversidade cultural, diversificando a expansão de seu quadro de pessoal, por meio da mobilidade de professores, estudantes e do quadro administrativo. Desta forma, a mobilidade internacional desempenha um papel central na internacionalização do ensino superior, já que promove a interação e melhor compreensão das diferenças culturais entre estudantes, professores e pesquisadores de países distintos.

Por outro lado, Sebastián (2004) aponta que a internacionalização do ensino superior tem sido associada tradicionalmente com a qualidade e o prestígio das instituições. Os fundamentos de tal associação são tanto objetivos como subjetivos. Estes se baseiam na existência de conteúdos e métodos docentes atualizados e inovadores e numa generalizada valorização e reconhecimento institucional em nível internacional. Segundo o autor, a internacionalização tem superado o âmbito institucional para se introduzir também nas políticas educativas, associando-se a processos e objetivos heterogêneos nos que se misturam motivações culturais, educativas e econômicas.

Complementado, Gacel (2000a) afirma que existem diferenças entre os vários países do mundo na implementação do processo de internacionalização do ensino superior. A atividade internacional passou de ser um fato individual a um de âmbito institucional. As

políticas de internacionalização da educação superior devem enquadrar-se num processo de ordem institucional e por isso, os objetivos e as metas da internacionalização podem variar de uma instituição para outra.

Segundo Altbach e Knight (2004 apud MIURA, 2006, p.34) a internacionalização compreende os níveis nacional, setorial e institucional e são “políticas e programas específicos elaborados pelos governos, sistemas acadêmicos, instituições e mesmo instituições e departamentos individuais para se adaptar ou explorar a globalização”.

Knight, para esclarecer melhor sua definição, aponta a diferença entre os termos de globalização e internacionalização no âmbito da educação superior, onde globalização compreende:

(...) o fluxo de tecnologia, economia, conhecimento, pessoas, valores e ideias através das fronteiras. A globalização afeta a economia de cada país de modo diferente devido à sua história, tradições, cultura e fatores ambientais que conseqüentemente têm inúmeros efeitos sobre a educação (...), a internacionalização está mudando a educação e a globalização está mudando o mundo da internacionalização (KNIGHT 2003 p. 3 apud MIURA, 2006 p. 14).

Partindo destas afirmações, Gacel (2000b), afirma que internacionalização e globalização são dois conceitos diferentes, mas unidos na mesma dinâmica. A autora aponta que é difícil propor uma única definição para a internacionalização do ensino superior pela complexidade do fenômeno e sua constante evolução. Mas considera que:

A internacionalização do ensino superior refere-se a um processo de transformação institucional que tem como estratégia a integração da dimensão internacional e intercultural na missão, cultura, planos de desenvolvimento e políticas gerais das Instituições de Ensino Superior. Para isto é preciso desenhar e implementar, com a participação dos diversos atores da comunidade universitária, uma política de internacionalização explícita, centrada no interesse institucional, instaurada por meio de estruturas - organizacional e programática - adequadas e profissionais para assegurar sua institucionalização e sustentabilidade (GACEL 2000b, s.p., tradução nossa).

A autora explica que esta definição, centrada na vida institucional, se construiu a partir do conceito de universalidade das funções das instituições de ensino superior - IES. A palavra intercultural tem sido agregada para acentuar que a internacionalização não se refere unicamente a países ou nações, mas também deve incluir os diferentes grupos étnico-culturais representados no interior de um país. Segundo Gacel (2000b), esta definição descreve a internacionalização como um processo dinâmico e central na missão da instituição e não como um produto de atividades afastadas e marginais às políticas de desenvolvimento institucional. O termo integração significa que a dimensão internacional é parte central dos programas, políticas e procedimentos institucionais, garantindo sua viabilidade e sustentabilidade.

Desta forma, para a autora, a internacionalização do ensino superior se refere a um processo de transformação institucional integral que pretende incorporar a dimensão internacional e intercultural na missão e as funções substantivas das instituições de ensino superior, de tal forma que sejam inseparáveis de sua identidade e cultura.

Ainda Gacel (1999) afirma que o processo de internacionalização deve ser visto como uma porta institucional para o exterior e deve ser parte integral dos planos de desenvolvimento, planejamento estratégico e políticas gerais das instituições de educação superior. Porém, para lograr esse objetivo é preciso que exista, dentro das instituições de educação superior, uma política institucional a respeito claramente definida e expressada em um plano de internacionalização respaldado pelas autoridades universitárias, de consenso na

comunidade universitária e implementado por meio de uma estrutura administrativa e acadêmica adequada e competitiva.

Num estudo realizado por Morosini (2006), ao revisar 163 publicações sobre internacionalização do ensino superior no período de 2002 a 2005, identificou-se o crescimento da produção sobre o assunto e também dois momentos interligados: o primeiro deles focado na construção do conceito de internacionalização e o segundo, ainda que se discuta o conceito, está mais voltado à procura de estratégias para implantação e melhoria da internacionalização da educação superior.

Knight (1994 apud GACEL 2000a) assinala quatro enfoques no processo de internacionalização:

- Enfoque institucional: a internacionalização é vista como um processo que abrange, integra ou incorpora elementos e perspectivas internacionais no exercício das funções substanciais da instituição. Uma série de atividades políticas e procedimentos conformam este processo.
- Enfoque nos programas internacionais: este enfoque delinea a internacionalização em tipos de atividades tais como: intercâmbio acadêmico estudantil, cooperação técnica, entre outros.
- Enfoque no desenvolvimento de competências: observa-se na internacionalização uma oportunidade para desenvolver nos recursos humanos novas competências, atitudes, e conhecimentos. Neste ponto, o elemento pivô é a dimensão humana e não as atividades acadêmicas ou os assuntos de ordem organizacional.
- Enfoque na estrutura organizacional: neste caso, o elemento relevante é desenvolver uma cultura na instituição que valorize e apoie as iniciativas internacionais e interculturais.

Segundo Gacel (1999), os motivos para a internacionalização em nível de indivíduo, de instituição ou de nação são complexos e evoluem com o tempo, além de mudar e adaptar-se às necessidades e tendências do momento histórico. Na atualidade, nas novas políticas de ensino, a cooperação internacional tem-se convertido num elemento estratégico para elevar a qualidade da educação. Isto compreende preparar os formados para atuar social e eficientemente num mundo interdependente e competitivo, assim como para criar maior compreensão, respeito e solidariedade entre todos os povos do mundo.

Neste sentido, os motivos mais relevantes são a qualidade e uma orientação mais humanista da educação para privilegiar o desenvolvimento holístico do indivíduo. Existem ainda outros incentivos, como os de caráter econômico, que de fato são os mais comumente citados nesta época, em particular em nações como os Estados Unidos, Grã Bretanha e Áustria. Muitos países desenvolvidos têm subsistido seus esquemas de cooperação assistencial ou para o desenvolvimento por uma estratégia mais agressiva, de bens de exportação, por meio da janela de serviços educativos. Este tipo de atividades tem validade no processo de internacionalização se os lucros que provêm da venda destes serviços se transferem a programas de internacionalização demandantes de recursos. Nesse caso, é necessário saber diferenciar entre a venda de serviços que somente aportam lucros e os que também servem à internacionalização das funções substanciais, tais como a recepção de estudantes estrangeiros, por exemplo (GACEL, 1999).

Outro incentivo citado por Gacel (1999) seria lograr padrões internacionais em docência e pesquisa. A procura destes padrões é uma questão cada vez mais controvertida. Existe uma justificada preocupação sobre a uniformidade e homogeneidade que pode resultar de uma ênfase exacerbada de critérios reconhecidos internacionalmente. É questionável o porquê e quem decide estes critérios internacionais. Para a autora, é importante ter consciência que

existe diferença entre ter critérios de qualidade que tendem à homogeneização e conseguir parâmetros internacionais de excelência em docência e pesquisa.

Para Morosini (2006), entre os desafios da relação internacionalização do ensino superior e globalização tem de se considerar as decorrências que podem ocorrer da determinação do ensino superior como serviço comercial regulamentado pela Organização Mundial do Comércio – OMC, sobrepondo-se à concepção de educação como bem público e componente edificador do Estado-nação.

Para a autora, ao analisar os países que serão os consumidores dos produtos educacionais das relações internacionais, referindo-se especificamente ao Brasil, acredita que este está na fase de construção do conceito de internacionalização universitária, sendo urgente os estudos sobre a temática para não cair num processo transnacional onde as negociações regulatórias não considerem as carências regionais e a soberania do Estado-nação. Morosini (2006) conclui, afirmando que as mini racionalidades pós-modernas estão conscientes dessa irracionalidade global, mas estão também conscientes que ela só pode ser combatida localmente.

Segundo Knight (2010), para o ano 2025 está previsto que a demanda de educação internacional incrementará para 7,2 milhões de estudantes - um salto considerável, partindo dos 1,2 milhões de estudantes no ano 2000. Em consequência, já não são apenas estudantes, professores e pesquisadores que são internacionalmente móveis - programas de graduação/diplomas estão sendo entregues através das fronteiras e das sucursais de universidades ou instituições únicas se estão estabelecendo em países em desenvolvimento e desenvolvidos ao redor do mundo.

Em relação às principais abordagens da institucionalização do ensino superior, Miura (2006) assinala que a noção de abordagem é colocada para apresentar e avaliar o modo como a internacionalização está sendo implementada por países e instituições. Para a autora, uma abordagem indica os valores, prioridades e ações que são seguidas durante o processo de promoção e implementação da internacionalização. As abordagens não são fixas nem excludentes, em outras palavras podem combinar-se dependendo dos diversos níveis de desenvolvimento e podem também ser utilizadas concomitantemente por instituições ou países.

De Wit e Knight (apud MIURA, 2006) apontam quatro abordagens:

- Abordagem baseada em atividades: concebe a dimensão internacional em termos de atividades ou programas específicos, tais como: reformulação curricular, intercâmbio de estudantes, professores, assistência técnica e recepção de estudantes internacionais.
- Abordagem baseada em competências: compreende o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores nos estudantes, professores e pessoal administrativo, tornando-os mais conscientes das diferenças culturais e preparando-os para a experiência internacional. O ponto central desta abordagem trata de como a geração e transferência de conhecimento pode auxiliar a desenvolver as competências no público envolvido com a educação superior.
- Abordagem cultural: relaciona-se com as teorias de desenvolvimento organizacional que discutem a criação de uma cultura com valores, normas e crenças ou clima organizacional para apoiar a implementação de um determinado quadro de princípios e objetivos. Esta abordagem realça o caráter imprescindível da criação de uma cultura organizacional que valoriza as perspectivas e iniciativas internacionais e interculturais.

- Abordagem de processo ou estratégia: focaliza a sustentabilidade da dimensão internacional. O destaque concerne tanto aos aspectos organizacionais quanto as políticas e procedimentos relacionados à integração da dimensão internacional/intercultural no ensino, pesquisa e serviços prestados pela instituição. Destarte agrega vários elementos das abordagens anteriores centrando-se no desenvolvimento de uma estratégia integrada que reúna atividades e resultados.

Knight (2004 apud MIURA, 2006) complementa as abordagens tradicionais descritas anteriormente e assume que os diferentes níveis nacional/setorial e institucionais adotam diferentes abordagens para atender desafios impostos pela internacionalização:

- Abordagem para internacionalização no âmbito nacional/setorial - é subdividida em:

Programática: refere-se ao oferecimento de programas que facilitam a inserção da educação superior nas atividades internacionais, como mobilidades de estudantes, professores, entre outros;

De razões: focalizam motivos pelos quais as universidades respondem às oportunidades de internacionalização;

Ad hoc: trata a internacionalização como uma resposta reativa ou feita sob medida para lidar com as novas oportunidades apresentadas pela oferta, mobilidade e cooperação internacional na educação pós-secundária;

Política: trata das políticas de internacionalização que estão inseridas nas dimensões de ensino, pesquisa e serviços;

Estratégica: trata-se de uma dimensão estratégica adotada pela nação a fim de atingir as suas prioridades domésticas e internacionais.

- Abordagem para internacionalização no âmbito institucional é subdividida em:

Abordagem de atividades, relacionando-se com as diversas atividades ligadas à dimensão internacional;

Abordagem de resultados: trata os resultados esperados pela instituição de ensino no sentido de aumentar o número de acordos internacionais, aquisição de competências interculturais por estudantes diante da necessidade de exposição cultural;

Abordagem de razões: aborda as razões essenciais que orientam a instituição para a dimensão internacional;

Abordagem processual: refere-se à integração da dimensão internacional no ensino, aprendizagem e serviços prestados pela instituição;

Abordagem interna: focaliza a necessidade de criação de uma cultura organizacional para dar suporte à implementação das políticas de internacionalização da universidade;

Abordagem externa ou transfronteiras: preocupação com as formas de relação com outros países, ou melhor, como ocorrem as novas formas de oferta de programas educacionais, como a educação a distância, e como vem acontecendo os diversos tipos de acordos administrativos como *franchising*: empréstimo do nome da instituição para oferecer programas internacionais; *twinning*: oferecimento de dupla certificação; e *branch campuses*: instalação de parte do campus fora do país.

3. Procedimentos metodológicos

Na sequência são apresentados os aspectos mais relevantes dos procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração da presente pesquisa. O lócus da pesquisa foi a Universidade Estadual de Maringá - UEM, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Maringá, Paraná, Brasil. Especificamente o trabalho se realizou no Escritório de Cooperação Internacional - ECI, órgão criado no ano de 1997, e pertencente ao Gabinete da Reitoria da UEM, localizado no bloco 123 do campus universitário de Maringá.

O estudo realizado foi predominantemente descritivo, visto que descreveu o processo de internacionalização da Universidade Estadual de Maringá, e está de acordo com o assinalado por Gressler (2004, p. 54): “a pesquisa descritiva descreve, sistematicamente, fatos e características presentes em uma determinada população ou área de interesse”.

O presente trabalho compreendeu principalmente uma pesquisa documental, pois

A pesquisa documental, como seu próprio nome anuncia, é um tipo de pesquisa que objetiva investigar e explicar um problema a partir de fatos históricos relatados em documentos. Este tipo de pesquisa baseia-se em informações e dados extraídos de documentos que não receberam ainda tratamento científico (REIS, 2008. p.53).

Entre os documentos para a pesquisa documental se examinaram especialmente os processos de convênios arquivados no ECI da UEM, assim como os processos do arquivo permanente do Protocolo Geral da UEM. Para a coleta de dados sobre o histórico e funcionamento do ECI foi consultado o processo que trata sobre o Programa “Escritório de Cooperação Internacional - ECI”. Para obter informações não encontradas no processo, foram realizadas entrevistas com funcionários do ECI. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p.197), “a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações sobre determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”.

Levantaram-se também dados de 76 processos de um total contabilizado de 96 que envolvem convênios da UEM com instituições estrangeiras, desde 1997 até 2010, gerenciados pelo ECI. A maior parte dos processos não analisados encontrava-se indisponíveis no período da coleta de dados. Posteriormente à coleta dos dados, estes foram elaborados, passando por uma seleção, codificação e tabulação.

Destarte, os dados foram selecionados resgatando as ações mais acentuadas no histórico do ECI assim como de seu funcionamento, e colhendo as informações mais relevantes de cada processo de convênio com instituições do exterior, com o intuito de obter dados concretos sobre o processo de internacionalização da UEM.

4. A Universidade Estadual de Maringá e seu processo de internacionalização

A Universidade Estadual de Maringá é uma entidade de direito público com autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar criada no ano de 1970. Ela está localizada no Noroeste do Paraná, região com mais de dois milhões de habitantes. Compreende os *campi* de Maringá, Umuarama, Cianorte, Goioerê, Diamante do Norte, Cidade Gaúcha e Ivaiporã, assim como a Fazenda Experimental de Iguatemi, a Base Avançada de Pesquisa em Porto Rico e o Centro de Pesquisa em Piscicultura em Floriano (UEM, 2010).

O Escritório de Cooperação Internacional é um programa vinculado ao gabinete da reitoria da Universidade Estadual de Maringá, e segundo a Portaria nº 2553/97-GRE, “trabalha nas

relações com organismos internacionais, oferece atendimento e suporte para a comunidade interna da UEM em atividades internacionais, e é representante da UEM na comunidade internacional” (ECI, 1997. p, 111). Tem por missão:

Atuar nas relações internacionais com várias instituições estrangeiras, através da cooperação técnico-científica para o desenvolvimento de projetos conjuntos de ensino e pesquisa; viabilização do acesso e o uso à infraestrutura disponível em ambas as instituições; promoção do intercâmbio de pessoal docente, técnico e de estudantes, para atender a programas e projetos de interesse mútuo em busca do atendimento das necessidades da comunidade (ECI, 2011 s.p.).

Durante a gestão de 1990-1994 da UEM foi criado o Programa de Apoio para Contatos Internacionais – PAI, pertencente à Pró-reitoria de Extensão e Cultura – PEC, segundo a Portaria nº 1797/92-GRE. Este foi concebido pelo Pró-Reitor da época, mas devido à mudança de gestão 1994-1998, o referido programa não teve atividades relevantes durante o ano de 1995. Para o ano de 1996, este foi parcialmente reestruturado e transferido para a Assessoria de Planejamento - Coordenadoria de Projetos e Convênios (ECI 1997a).

Enxergou-se neste período a existência de atividades isoladas ou não institucionalizadas que aumentaram o interesse da UEM em manter intercâmbio acadêmico-científico com instituições de outros países, além do colocado no PAI. Entre estas atividades isoladas ou não estruturadas encontravam-se: contato de professores com universidades do exterior, realização de eventos internacionais, intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação, e estabelecimento de convênios de alguns departamentos ou áreas específicas da UEM com algumas instituições de ensino e pesquisa estrangeiras. Portanto, a partir dessas ações, considerou-se que a UEM já manifestava uma política de relações internacionais e depararam que o momento exigia uma consolidação e aperfeiçoamento desta (ECI 1997a).

A estratégia dos primeiros contatos foi montada, visando o MERCOSUL (Mercado Comum do Cone Sul), bloco econômico formado na época por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e ainda com a participação informal do Chile (ECI 1997a). Com o objetivo de consolidar o Programa de Relações Internacionais da UEM, o reitor da época, junto com alguns professores, visitou alguns países do MERCOSUL: Uruguai, Argentina, Chile e Paraguai, em junho de 1997, o que motivou a formalização de convênios com várias universidades (ECI 1997a).

Para concretizar o Programa de Relações Internacionais sugeriram-se as seguintes providências (ECI 1997a):

- Ampliação do número de convênios com outras instituições estrangeiras da América Latina e da Europa;
- Vinculação do programa de relações internacionais ao gabinete do reitor, visando maior agilidade na sua execução e comprometimento do reitor com a política de relações internacionais;
- Melhoria da infraestrutura administrativa do programa (sala adequada, telefone, internet, fax, secretária trilingue, entre outras providências);
- Divulgação efetiva do programa na comunidade universitária, da UEM, no exterior;
- Criação de condições mínimas para alojar professores, pesquisadores e estudantes de universidades estrangeiras;
- Adequação das normas internas da UEM para intercâmbio de professores e estudantes;
- Estabelecimento de programa orçamentário para viabilização do programa.

No dia 17 de outubro de 1997, segundo a Portaria n. 2553/97-GRE, é criado o Programa “Escritório de Cooperação Internacional - ECI”, vinculado ao Gabinete da Reitoria – GRE (ECI 1997a).

4.1 Gestão 1998-2002

Desenvolveram-se nesse período várias atividades de intermediação e orientação, assim como se viabilizaram informações sobre intercâmbios de estudantes e professores com instituições universitárias, estabeleceram-se também os primeiros contatos com organismos internacionais para gerar interesses mútuos entre nações (ECI 1997a).

O então reitor da UEM e o coordenador do ECI realizaram visitas a instituições de ensino superior na Europa a fim de estabelecer os primeiros contatos e dentro das possibilidades, viabilizar intercâmbios. Foram visitadas instituições de ensino superior de Portugal, Espanha e França no período de 6 a 20 de outubro de 1997. Existiam na época dois programas que ofereciam anualmente oportunidades de estágios técnicos com bolsas de auxílio para estudantes. Estes eram o *International Association for the Exchange of Students for Technical Experience - IAESTE* e o *Programa de Cooperación Interuniversitaria – PCI*. Os docentes também poderiam participar da convocatória do PCI, que oferecia anualmente oportunidades de estudo na Espanha (ECI 1997a).

Num segundo momento dessa fase, o ECI tenta melhor articular sua posição administrativa dentro da UEM, pois não havia espaço físico suficiente. O ECI não possuía dotação orçamentária, carecia de espaço físico próprio e não tinha autonomia. Desta forma, as metas definidas para finais de 1999 foram: regularizar o quadro de funcionários; adquirir novos equipamentos operacionais; mudar para o próprio espaço físico; encaminhar os estudos sobre a ampliação da legislação em vigor, referente à graduação, com o intuito de ampliar as possibilidades de intercâmbio com instituições do exterior; e encaminhar os estudos sobre a legislação referente à revalidação de diploma de graduação obtida no exterior (ECI 1997a).

Na análise do setor apontou-se a necessidade de consolidar efetivamente o ECI como representante da UEM em todos os aspectos referidos a contatos internacionais, devido à demanda crescente pelo suporte diplomático, logístico e de acompanhamento de todas as ações relacionadas. Ressaltou-se também a necessidade de afiançar os suportes de base do programa, outorgando-lhe autonomia suficiente para que possa atender aos pedidos da comunidade interna e realizar de forma plena e efetiva as atividades internacionais (ECI 1997a).

Num terceiro momento dessa fase, observou-se a necessidade da adição do suporte para a mobilidade acadêmica, o estabelecimento de uma política de convênios internacionais, além da necessidade de adquirir infraestrutura própria, tanto de recursos humanos quanto de recursos físicos. Entre as atividades de rotina desenvolvidas encontram-se: gerenciamento de estágios cursos e outras atividades acadêmicas no exterior; apoio a viagens/recepção de visitantes estrangeiros; e gerenciamento de processos e convênios (ECI 1997a).

4.2 Gestão 2002-2006

Esta gestão esteve compreendida por dois períodos, cada um representando um assessor distinto. No primeiro período desta gestão, outubro de 2002 a abril de 2004, realizaram-se ações para a modernização do ECI tais como: reformulação do site do ECI, gerando a página ECI online em quatro línguas: português, inglês, espanhol e francês; elaboração de base de dados para o controle de convênios – INTERBASE que era um sistema de consulta

informatizada com interface para Internet com o intuito de divulgar as informações sobre os convênios internacionais e projetos de intercâmbio (ECI 1997a).

Na análise e avaliação geral de dezembro de 2003, a assessoria apontou a necessidade de transformação do ECI em um órgão da UEM, tanto para a consolidação das atividades, assim como para a valorização das pessoas que ali trabalhavam e alertou que a equipe do ECI sofria dificuldades de desenvolvimento, identificação e até de relacionamento devido ao fato dos funcionários serem emprestados, não existindo uma entidade como setor. Sugeriu-se como solução o remanejamento das funcionárias para o Gabinete da Reitoria - GRE até que o programa seja transformado em órgão (ECI 1997a).

A equipe da época acrescentou que o ECI já carregava em suas atividades diárias o peso da responsabilidade do protocolo oficial que o nominou, desde o início como representante da UEM no exterior, tornando-se urgente o suporte necessário para representar o papel de elo, enquanto instituição de ensino, pesquisa e extensão com outras instituições e empresas pelo mundo (ECI 1997a).

No segundo período dessa gestão, de abril de 2004 a agosto de 2006, na elaboração do PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, foram levantadas as oportunidades, ameaças, pontos fortes e fracos para essa época. As oportunidades enxergadas foram:

1. Abertura externa através de informações aos diferentes segmentos profissionais da comunidade universitárias;
2. Divulgação da UEM e de suas atividades junto à comunidade internacional nos âmbitos técnico científico e cultural;
3. Contribuição no âmbito municipal, regional, estadual e federal no desenvolvimento de atividades conjuntas voltadas para o intercâmbio internacional (ECI, 1997b p 326).

Entre as ameaças percebidas encontravam-se:

1. Legislação governamental;
2. Falta de uma política governamental estadual [...], quanto ao intercâmbio internacional universitário das IES;
3. Necessidade constante na formação profissional dos envolvidos com a cooperação internacional da UEM (ECI, 1997b, p. 326).

4.3 Gestão 2006-2010

No dia 13 de dezembro de 2006, o reitor da época instituiu o grupo de estudo permanente de internacionalização da UEM (ECI, 1997a).

Em 6 de novembro de 2008, foi aprovada no Conselho de Administração da UEM a concessão de auxílio financeiro vinculado ao programa de apoio ao intercâmbio internacional. O intuito foi “estimular a realização exclusiva de ações ou missões de curto período, nas quais se evidenciem atividades complementares ao ensino, pesquisa e extensão da UEM, no tocante ao processo de internacionalização, por meio de auxílio financeiro complementar” (UEM, 2008b, p.2). Dentro dessa mesma resolução, é contemplado um pequeno auxílio financeiro para o pagamento de taxas de vistos consulares para os estudantes que pretendem fazer mobilidade (ECI, 1997c).

No dia primeiro de abril de 2009 foi aprovada uma resolução, cujo objetivo era facilitar a ida dos alunos da UEM para o exterior, assim como a vinda de alunos estrangeiros para a UEM (ECI, 1997c). Segundo a assessoria da época, com esses incentivos, o número de consultas da comunidade acadêmica, junto ao ECI, sobre as possibilidades de estudo no exterior aumentaram consideravelmente, entretanto comparando-se o total de mobilidades da UEM com outras instituições do mesmo porte, percebeu-se que a mobilidade de professores e acadêmicos ainda era muito escassa. Por outro lado, apontou-se que a maioria das grandes universidades oferecia, com recursos próprios, algum tipo de apoio

aos alunos, negociava contrapartidas para as universidades parceiras, além das isenções das taxas escolares.

Observou-se também que muitos alunos tinham interesse na mobilidade, mas a fração de alunos que atingia este objetivo geralmente se reduzia a aquela economicamente favorável. Portanto, solicitou-se a aprovação de um regulamento para concessão de bolsas de mobilidade acadêmica internacional para estudantes de graduação e pós-graduação (ECI, 1997c).

Entre as ações desenvolvidas pelo ECI nesse período encontram-se: reuniões periódicas com a Comissão de Internacionalização – CPIInter; encontros periódicos com os estudantes em todos os campus para divulgar a mobilidade acadêmica; atualização diária da página web do ECI; atendimento pessoal aos alunos e professores da UEM e do exterior via telefone, e-mail, site e no escritório; contatos e intermediação durante a realização e renovação dos convênios; e viagens de formação e representação da UEM, além do atendimento direto à Reitoria (ECI, 1997c).

4.4 Gestão 2010

Esta gestão começa em outubro de 2010 e terminará no ano de 2014, mas devido ao parâmetro de tempo que envolve o presente trabalho só foi considerado o período de outubro de 2010 a dezembro de 2010. A assessora, entrevistada A, comenta:

O processo é lento por se tratar de uma universidade pública do interior do Estado que recebe poucos recursos e que só agora começa a despertar para a internacionalização de uma forma mais geral, tanto os estudantes quanto os professores (...). Os resultados ainda são poucos, mas tem uma base sólida, foi um processo sólido estabelecido através de convênios de boa qualidade com universidades internacionais de (...) grande reconhecimento nas várias áreas do conhecimento. Embora o processo tenha sido lento durante esse período, ele foi sólido.

Em relação aos pontos fortes e fracos do ECI percebidos no ano de 2010 a entrevistada A assinala:

Entre os pontos fracos (...) pode-se destacar a falta de recursos (...) porque a comunidade necessita. Muitos professores já têm muito claro o quão importante é a internacionalização, já entendem que é uma necessidade para os cursos de pós-graduação galgar níveis 5,6,7. Eu penso que a falta de recursos é um dos pontos mais preponderantes, enquanto as grandes universidades recebem valores significativos (...), se compararmos a UNESP [Universidade Estadual Paulista], por exemplo, que recebe anualmente cerca de dois milhões de reais para a internacionalização, quando nós (...) tivemos aprovado cem mil reais, a gente vê que ainda falta muito para atender a demanda da nossa universidade que tem sete extensões. Entre os pontos fortes pode-se destacar a iniciativa do grupo, a força de vontade, a capacitação...

Quanto às ações desenvolvidas ou planejadas no começo da gestão a entrevistada aponta:

Para o primeiro ano foram planejados editais de mobilidade (...), outra iniciativa foi a que diz respeito à dupla diplomação, uma minuta (...) uma intenção formal, e por fim para o final do primeiro ano (...) é a estrutura do ECI, deixar de ser um programa para ser um órgão, essa é a última missão desse ano.

Quanto à administração do ECI desde 1997 até 2010 a entrevistada B comenta:

Toda a questão administrativa, a questão burocrática, foi tudo aprendizado empírico, ele foi resolvido à medida (...) que a situação aparecia. Eu fui conhecendo campos na área administrativa (...), eu fui aprendendo com ajuda das pessoas da volta (...), agregando o que eu via nos outros setores da forma como achava que deveria ser, tanto em convênios quanto em estágios, e aí, da minha

experiência, dos outros, dos professores que vinham, dos alunos que vinham e que iam é que a gente vai agregando mais e mais, evoluindo (...) até chegar onde está hoje.

Observa-se que a questão da internacionalização da UEM, se torna cada vez mais relevante, como demonstram os muitos avanços realizados desde 1997, data de criação do ECI, envolvendo desde a melhoria da infraestrutura física deste órgão, o incremento de recursos humanos qualificados para seu gerenciamento, o aumento da mobilidade docente e discente, os convênios com destacadas instituições internacionais, e muitas outras ações que são desenvolvidas e que foram esculpidas no decorrer dos anos.

4.5 O Perfil da Internacionalização da UEM

Segundo a pesquisa efetuada sobre os convênios bilaterais da UEM, observou-se que em maior porcentagem estes são realizados com instituições européias representando o 42% dos convênios pesquisados, seguidos por América do Sul com 34% e América do Norte com 18%, enquanto Ásia e América Central apresentam cada um 3% do total, como o mostra a figura 1.

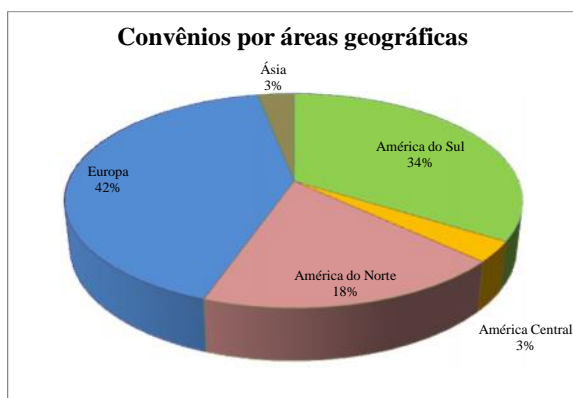


Figura 1 – Convênios por áreas geográficas

Fonte: Arquivo ECI, elaboração própria.

Analisando as atividades desenvolvidas nos diversos convênios com as áreas geográficas observou-se que a maioria de atividades são desenvolvidas com instituições européias, representando 69 % do total pesquisado. América do Sul apresenta 19% das atividades e América do Norte 12%, já as regiões da Ásia e de América Central não apresentaram atividades desenvolvidas relevantes, como se observa na figura 2.

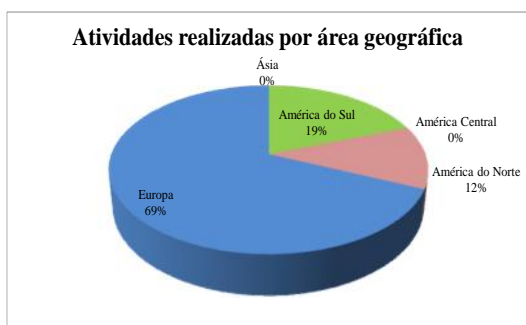


Figura 2 - Atividades realizadas por área geográfica

Fonte: Arquivo ECI, elaboração própria.

Segundo a natureza jurídica, os convênios bilaterais da UEM são realizados majoritariamente com instituições públicas, representando o 78% do total pesquisado, as instituições privadas representam o 20% enquanto as do terceiro setor ou ONGs possuem o 2%, como se ilustra na figura 3 a seguir:



Figura 3 - Natureza jurídica das instituições conveniadas

Fonte: Arquivo ECI, elaboração própria.

Na UEM, a solicitação interna para abertura de processos de convênios bilaterais sem considerar a fração do ECI, está quase equiparada entre o Centro de Ciências da Saúde com 15% das solicitações, o Centro de Ciências Agrárias, e o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, ambas com 14%. Já o Centro de Ciências Biológicas e o Centro de Ciências Sociais Aplicadas possuem uma porcentagem menor, com 9% e 8% respectivamente, enquanto o Centro de Tecnologia apresenta 3% das solicitações, como observado na figura 4 a seguir:

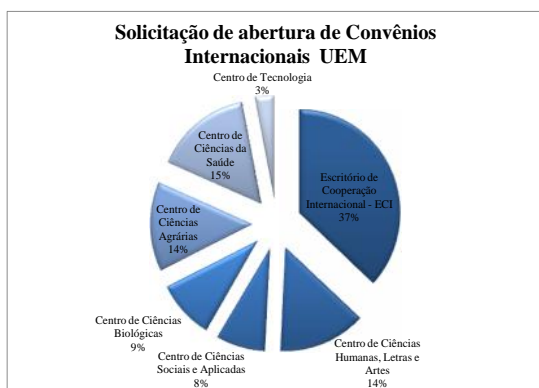


Figura 4 - Solicitação de abertura de convênios internacionais UEM

Fonte: Arquivo ECI, elaboração própria.

Entre as mais frequentes atividades de internacionalização registradas nos processos de convênios bilaterais encontram-se:

- As atividades acadêmicas, envolvendo cursos, palestras, oficinas, disciplinas desenvolvidas tanto por docentes da UEM no exterior como por docentes estrangeiros na UEM, representando o 19% das ações.
- Num segundo lugar observa-se a realização de estágios curriculares no exterior pelos alunos de graduação da UEM representado 18% do total. Não muito distante a esta proporção é a porcentagem de ações que envolvem os estágios de alunos do exterior na UEM, representando 16% do total. Somados estes, se obtêm um total de 34% das ações.
- A mobilidade acadêmica dos alunos de graduação representa o 12% das ações registradas, sendo que a porcentagem maior, 8% são de alunos da UEM que realizam a mobilidade no exterior, e a porcentagem menor, 4%, são alunos de universidades conveniadas que realizam mobilidade na UEM.
- Ao reunir o total de mobilidades acadêmicas com o total de estágios curriculares obtêm-se que aproximadamente 46% das atividades de internacionalização estão vinculadas com mobilidade internacional do nível de graduação.
- As publicações conjuntas representam o 10% das atividades.
- Entre outras atividades cabe destacar os projetos de pesquisa conjuntos com instituições conveniadas, representando 8% do total, e as visitas técnicas ou missões com o mesmo valor.
- Com uma porcentagem mais tímida encontram-se: a mobilidade na pós-graduação, com 3%, e a capacitação e mobilidade docente, com 3%.
- Os convênios bilaterais destinados a financiamentos não apresentam valor significativo.
- Finalmente encontram-se outras atividades que envolvem intercâmbio bibliográfico, atividades culturais, entre outros, representando 4% do total.

Desta forma observa-se que no transcurso de 1997 a 2010 foram concretizando-se cada vez mais ações de internacionalização com resultados concretos. Em relação às abordagens de internacionalização assinaladas por Wit e Knight (apud MIURA, 2006), observou-se que a Universidade Estadual de Maringá desenvolve uma combinação destas, sendo assim é

visível a presença da abordagem baseada em atividades, já que realiza programas específicos para incentivar a internacionalização como: o programa de mobilidade docente e discente; a recepção de visitas internacionais; o gerenciamento e suporte para a elaboração de projetos internacionais; entre outros. Observa-se também presente a abordagem baseada em competências, incentivando atitudes e valores tanto no nível docente, discente, assim como de pessoal administrativo, ressaltando a importância do processo de internacionalização e dando suporte para todos os envolvidos neste processo.

A abordagem cultural também se encontra atrelada ao processo de internacionalização da UEM, apoiando e incentivando a criação de uma cultura interna que valorize a internacionalização e as experiências interculturais.

A presença da abordagem de processo e estratégia encontra-se na sua fase inicial, já que estão sendo realizados ainda os primeiros passos da integração da dimensão internacional/intercultural no ensino, pesquisa e extensão da UEM.

5. Conclusão

O trabalho desenvolvido apresentou o decorrer do processo da internacionalização da Universidade Estadual de Maringá desde 1997 até 2010. Observou-se que nesse transcurso de tempo foram concretizando-se cada vez mais ações de internacionalização com resultados concretos, como demonstram as inúmeras ações de internacionalização desenvolvidas.

Para que isto fosse possível, foram muitos os esforços aplicados como: a criação do Escritório de Cooperação Internacional; o aumento de convênios com instituições internacionais; a disponibilidade de uma infraestrutura que permita receber visitantes estrangeiros; a elaboração de normas internas para a institucionalização de programas internacionais; a oferta de ajudas financeiras para incentivar as atividades internacionais, entre outros. Desta forma, tudo isso gerou as bases para o desenvolvimento da internacionalização como um processo de transformação institucional integral.

Com os dados obtidos foi possível distinguir as principais regiões geográficas que desenvolveram ações internacionais com a UEM destacando-se a Europa, seguida da América Latina e da América do Norte. Também foi possível observar que a UEM apresenta uma tendência a efetivar convênios de cooperação internacional com instituições públicas. Quanto aos diversos tipos de convênios conseguiu-se distinguir que a maioria destes são termos de ampla cooperação visando o desenvolvimento conjunto e da comunidade. Foi possível enxergar as principais atividades de internacionalização desenvolvidas com instituições conveniadas entre as quais se destacam as atividades acadêmicas internacionais, a mobilidade discente, o desenvolvimento de projetos de pesquisa, assim como publicações conjuntas, entre outros.

Com todos os dados levantados em cada uma das partes do presente trabalho, pode-se observar que o processo de internacionalização da UEM é um tema amplo e complexo, e que embora tenha mais de dez anos de seu início, ainda tem um longo caminho a percorrer, uma vez que envolve muitos agentes, cada um dos quais precisa estar articulado para assim montar uma engrenagem que movimente o processo de internacionalização da Universidade Estadual de Maringá.

Referências

ECI. **Processo 1463/97 – PRO:** Escritório de Cooperação Internacional. Vol. Nº 1. Maringá: UEM, 1997a.

ECI. **Processo 1463/97 – PRO**: Escritório de Cooperação Internacional. Vol. Nº 2. Maringá: UEM, 1997b.

ECI. **Processo 1463/97 – PRO**: Escritório de Cooperação Internacional. Vol. Nº 3. Maringá: UEM, 1997c.

ECI. **Missão**. Disponível em <www.eci.uem.br>. Acesso em 01ago. 2011.

GACEL, Jocelyne A. **Internacionalización de la Educación Superior en América Latina y el Caribe**: Reflexiones y Lineamientos. Guadalajara: Organización Universitaria Interamericana, AMPEI, Ford Foundation, 1999.

GACEL, Jocelyne. **La Internacionalización de las Universidades Mexicanas**: Políticas y Estrategias Institucionales. ANUIES, 2000a.

GACEL, Jocelyne. **La dimensión internacional de las universidades mexicanas**. Revista de la Educación Superior en Línea. Nro. 115 Jul-Sep, 2000b. Disponível em http://www.anuies.mx/servicios/p_anuies/publicaciones/revsup/res115/txt6.htm. Acesso em: 15 abr. 2011.

GRESSLER, Lori A. **Introdução à Pesquisa**: Projetos e Relatórios. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HORTAL, Jesus. **A Universidade**: realidade e esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HUMBOLDT, Guilherme Von. **Sobre la organización interna y externa de los establecimientos científicos superiores en Berlín**. In La idea de la Universidad en Alemania. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1959.

JANOTTI, Aldo. **Origens da Universidade**: a singularidade de caso português. 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992.

KNIGHT, Jane. **Internacionalização da educação superior**: novos desenvolvimentos e consequências não intencionadas. Boletim Iesalc informa de ensino superior. n. 211. Out, 2010. Disponível em: http://www.iesalc.unesco.org.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=2418%3Ainternacionalizacion-de-la-educacion-superior-nuevos-desarrollos-y-consecuencias-no-intencionadas&catid=126%3Anoticias-pagina-nueva&Itemid=712&lang=br. Acesso em: 20 abr. 2011.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MIURA, Irene Kazumi. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo**: um estudo de três áreas do conhecimento. Tese de Livre Docência, São Paulo, FEA-RP, 2006.

MOROSINI, Marília Costa. **Estado do Conhecimento sobre internacionalização da educação superior**: conceitos e práticas. Curitiba: Educar, n.28, p-107-124, Editora UFPR, 2006.

SEBÁSTIAN Jesús. **Cooperación e Internacionalización de las universidades**. Buenos Aires: Biblos, 2004.

STALLIVERI, Luciane S. **Estratégias de Internacionalização das Universidades Brasileiras**. Caxias do Sul: Educs, 2004.

UEM. Universidade Estadual de Maringá. **Regimento Geral**. Mar, 2009. Disponível em http://www.scs.uem.br/regimento_uem.pdf . Acesso em: 05 ago. 2011.

UEM. **Base de Dados de 2010**. Maringá: UEM-ASP, 2010. Disponível em http://www.asp.uem.br/site/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=23. Acesso: 07 ago 2011.

UEM. Universidade Estadual de Maringá. **Histórico**. Disponível em: http://www.uem.br/index.php?option=com_content&task=view&id=55&Itemid=205. Acesso em: 07 ago 2011.